ISSN 1517-5901(online)
POLÍTICA & TRABALHO
Revista de Ciências Sociais, nº 60, Janeiro/Junho de 2024, p. 211-229

DESIGUALDADES NA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL DA BOLÍVIA: um estudo de 2000 a 2021

INEQUALITIES IN WOMEN'S PARTICIPATION IN THE INFORMAL LABOR MARKET OF BOLIVIA: a study from 2000 to 2021

Ana Cristina de Oliveira Mélo[*]
Alexandre Cesar Cunha Leite[**]

Resumo
O presente artigo tem como objetivo analisar a participação das mulheres no mercado de trabalho informal na Bolívia no período compreendido entre 2000 e 2021, tendo como principal premissa a realidade de participação precária das mulheres no mercado de trabalho informal, isto é, participação em ocupações que trazem certa instabilidade e más condições de trabalho. Para caracterizar a participação das mulheres no mercado de trabalho foram consideradas a escolaridade, remuneração, horas trabalhadas, tipos de trabalho existentes discriminados por gênero a partir das estatísticas do *Instituto Nacional de Estadística* (INE) da Bolívia, bem como dados do *Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe* da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). A partir da análise descritiva desses dados, dentre os trabalhos informais organizados pela Cepal, percebeu-se que as mulheres bolivianas estão inseridas, em sua maioria, em trabalhos por conta própria no comércio e serviços. E a maior motivação para que realizem esses trabalhos é a necessidade de subsistência familiar (OIT, 2022). Assim como no restante do mundo, as mulheres recebem menos que os homens e comparativamente com estes, estão mais presentes no mundo do trabalho informal (Cepal, 2022).
Palavras-chave: Mercado de Trabalho Informal. Mulheres. Bolívia. Precarização.

Abstract
This article aims to analyze the participation of women in the informal labor market in Bolivia in the period between 2000 and 2021, having as its main premise the reality of precarious participation of women in the informal labor market, that is, participation in occupations that bring some instability and poor working conditions. In order to characterize the participation of women in the labor market, education, earnings, hours worked, types of work broken down by gender were considered based on statistics from the Instituto Nacional de Estadística (INE) of Bolivia, as well as data from the Anuário Estadístico de América Latina. y el Caribe of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC). From the descriptive analysis of these data, among the informal jobs organized by ECLAC, it can be seen that Bolivian women are included, for the most part, in self-employed work in commerce and services. And the greatest motivation for them to perceive these jobs is the need for family subsistence (ILO, 2022). As in the rest of the world, women earn less than men and compared to men, they are more present in the world of informal work (ECLAC, 2022).
Keywords: Informal Labor Market. Women. Bolivia. Precariousness

[*] Graduada em Ciências Econômicas (UFPB), Mestra em Relações Internacionais (UEPB), doutoranda em Economia Política Mundial (UFABC). E-mail:anacrisomelo@gmail.com.

[**] Economista, Mestre em Economia Política (PUCSP), especialista em Relações Internacionais e em Cooperação Sul-Sul e Triangular, doutor em Ciências Sociais (PUCSP). Docente da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: alexccleite@gmail.com

Introdução

O crescimento populacional nas cidades latino-americanas levou ao aumento do trabalho informal como uma questão de sobrevivência, resultando em estudos sobre o tema realizados pela OIT e centros de pesquisa em Sociologia e Economia do Trabalho desde a década de 1970. A informalidade é vista como um traço estrutural do modelo econômico e sua presença no mercado de trabalho é tão ampla que as organizações sindicais precisam ser reformuladas, pois já não atendem às novas formas de vínculos de trabalho (Pochmann, 2022). A OIT afirma que 61,2% da população global empregada com mais de 15 anos trabalha em empregos informais, com maiores indicadores nos países do Sul Global (OIT, 2018).

Um condicionante significativo para a participação da mulher no mercado de trabalho de forma precária e informal é o trabalho de reprodução social[1]. Esse trabalho é composto pelas tarefas realizadas no âmbito do lar e que não são remuneradas. E o fato de as mulheres, na maioria das famílias, serem as responsáveis pelos afazeres domésticos, atividades de cuidados e de afeto, influencia na participação das mulheres no mercado de trabalho remunerado. O trabalho de reprodução social pode ser descrito a partir de duas características. Primeiro, ele é um trabalho fundamental no sistema capitalista, pois possibilita que os indivíduos possam sair para trabalhar. Em segundo lugar, esse trabalho, que é realizado majoritariamente por mulheres, é altamente desvalorizado e muitas vezes sequer é reconhecido como trabalho. Assim, a feminização do trabalho reprodutivo influencia diretamente na forma como as mulheres se inserem no mercado de trabalho (Arruza; Bhattacharya, 2020). Faz-se necessário acrescentar e justificar a escolha da abordagem e Teoria da Reprodução Social utilizada pelos autores deste artigo. Sabe-se que há outras abordagens que tentam explicar as relações de trabalho com o trabalho reprodutivo, entretanto, optou-se por utilizar esta abordagem por entender que ela é a mais adequada para explicar as desigualdades na participação das mulheres no mercado de trabalho, uma vez que ela parte do pressuposto da divisão sexual do trabalho e da hierarquização entre trabalhos realizados por mulheres e trabalhos realizados por homens.

[1] Arruzza e Bhattacharya (2020) desenvolvem o conceito de Reprodução Social a partir de três esferas, mas enfatizam que a família é a principal, pois é o espaço onde as mulheres realizam as tarefas domésticas e de cuidado e também reproduzem a vida. A Teoria da Reprodução Social traz como pressuposto que esse papel socialmente atribuído às mulheres tem um propósito claro dentro do capitalismo, que é o de se aproveitar da estrutura patriarcal para explorar mulheres e corpos feminizados, mantendo-as em situações vulneráveis. Arruzza (2017) afirma que a Reprodução Social abrange três elementos fundamentais que são: "a reprodução biológica da espécie", "a reprodução da força de trabalho" e "reprodução das necessidades de aprovisionamento e de cuidado".

Ainda que a participação das mulheres no mercado de trabalho tenha aumentado significativamente nas últimas décadas, ainda há obstáculos significativos a serem superados. Como discutido anteriormente, um desses obstáculos é a responsabilidade desproporcional das mulheres pelo trabalho de reprodução social não remunerado (Arruza; Bhattacharya, 2020). Além disso, a maioria das mulheres trabalhadoras do Sul Global acaba se direcionando para o mercado de trabalho informal, onde enfrentam condições precárias e falta de proteção trabalhista (Gago, 2020). Essa tendência é especialmente evidente na Bolívia, onde a informalidade é generalizada. Assim, é importante examinar como as transformações do capitalismo e a divisão internacional do trabalho influenciam a participação das mulheres no mercado de trabalho informal boliviano e como isso afeta a vida das mulheres que buscam garantir sua sobrevivência e de suas famílias.

Com as grandes transformações nas quais o capitalismo tem passado no mundo, que são condicionadas pela expansão da industrialização e pela busca do crescimento econômico, novas formas de trabalho foram surgindo no fim do século XX e início do século XXI e isso gerou também uma mudança na composição desta força de trabalho em relação ao gênero. Isto é, essas transformações inicialmente estimularam um aumento na quantidade de postos de trabalho, os quais puderam ser ocupados de forma ainda mais efetiva pelas mulheres (Krein, 2013). Segundo relatórios da OIT (2022), a porcentagem de mulheres com mais de 15 anos que participavam da força de trabalho no mundo em 2019 era de 54,5%, enquanto a taxa de participação dos homens era de 73,7%.[2] De toda a população empregada da América Latina, 53,1% estão inseridas em empregos informais, sendo a Bolívia o país da América do Sul que possui as maiores taxas de informalidade, fato que desperta o interesse e a motivação para se compreender melhor como o mercado de trabalho informal se organiza nesse país. A participação das mulheres no Sul Global é ainda mais expressiva nos anos 2000. Devido à situação de pobreza e inflação, as mulheres procuram participar do mercado de trabalho de

[2] As mulheres participam menos do mercado de trabalho em relação aos homens e existe uma lacuna significante no que concerne ao salário recebido por homens e mulheres. As razões para essa diferença na participação são diversas. Há países em que a legislação, muito influenciada por normas religiosas, não permite que mulheres realizem trabalhos fora de casa; há também outras questões como o acesso ao transporte e a ausência de um meio seguro e eficiente para se deslocar todos os dias. A diferença salarial é um fator importante nas relações familiares, e o caráter de complementação da renda advinda do trabalho de uma mulher influencia nisso também. Os postos de trabalho que as mulheres geralmente ocupam oferecem uma remuneração mais baixa, exigem uma maior flexibilidade e são instáveis, caracterizando-os como trabalho precário e desigual. Os assédios, provenientes da discriminação pelo gênero, são fatores que também acabam desincentivando as mulheres a ingressarem no mercado de trabalho. É possível perceber que as questões familiares são fatores significativos na escolha da entrada ou não de uma mulher no mercado de trabalho (World Bank, 2011).

forma a complementar a renda da família e a garantir, minimamente, as condições materiais básicas para o autossustento e o sustento dos seus (Gago, 2020). Os dados mais detalhados de pobreza na Bolívia não são atuais, a última atualização é do Censo de 2012. Os resultados da pesquisa, nomeado como "Componentes do índice de necessidades básicas insatisfeitas, por região, censo 2012" mostram que 31% vivem em habitações inadequadas, 43,6% não possuem serviços de água e saneamento e 42,9% das pessoas possuem insuficiência na educação. As mulheres ainda não são maioria na taxa de ocupação no mercado de trabalho, entretanto o número das que trabalham cresceu significativamente. Logo, faz-se necessário analisar a presença das mulheres no mundo do trabalho e investigar como a globalização e a divisão internacional do trabalho[3] influenciaram as condições de participação das mulheres no mercado de trabalho informal na Bolívia. Dentro deste cenário de crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, convém destacar que elas se direcionam, em sua maioria, para a informalidade, ou seja, acabam indo para empregos desregulamentados e sem assistência do Estado.

Na Bolívia, 61% das mulheres com mais de 15 anos estavam inseridas no mercado de trabalho e este mesmo relatório mostra que a porcentagem do emprego informal no total das ocupações é de 83,1% (OIT, 2019). Apesar de os dados mundiais mostrarem que os homens são maioria em ocupar os empregos informais, na Bolívia as mulheres estão mais presentes que os homens nessas formas de trabalho. Enquanto 82,1% dos homens estão ocupando empregos informais, as mulheres expressam 84,2%, desassistidas e em situações mais vulneráveis e precárias (OIT, 2018). Essa diferença se encontra principalmente nos empregos informais realizados em domicílios[4]. Apenas 0,1% dos homens em empregos informais trabalham em domicílios, contra 4,2% das mulheres que estão no setor informal. O trabalho doméstico realizado fora de suas casas é precarizado, mal remunerado e pode até mesmo ser não pago. É nesta forma de dividir o trabalho levando em consideração o gênero de quem realiza que se

[3] O capitalismo funciona de forma desigual, os movimentos de capitais e de mão de obra não estão divididos igualmente no mundo, o curso da evolução histórica dos países não é homogêneo, assim, há uma divisão internacional do trabalho que demonstra essa heterogeneidade e que determina qual país deve produzir o quê, e assim, consequentemente, como será composta a sua mão de obra (Pocchmann, 2007). Atividades produtivas, que antes eram realizadas nos países desenvolvidos, foram espalhadas pelos países do Sul Global, pois objetivam possuir custos de produção mais baixos e evitar regulações, chegando até mesmo a situações de ilegalidade (Kudva; Benería, 2005). Para compreender melhor sobre as fases da divisão, ver capítulos iniciais de Pochmann (2007).

[4] Neste estudo, a OIT define que o emprego informal pode estar localizado em três esferas: no setor formal, no setor informal e nos domicílios. Dessa forma, neste estudo, além de os dados estarem segregados por sexo e por idade, estão disponíveis também nessas três esferas. Para compreender melhor a metodologia utilizada, ver OIT (2018).

encontra um dos motivos da desigualdade salarial e de condições desiguais de trabalho entre homens e mulheres. Essa lógica de destinar o trabalho de menor prestígio às mulheres, aos migrantes, aos negros e aos jovens é a mesma que faz com que as grandes corporações fujam para os países de Terceiro Mundo a fim de explorar sua mão de obra abundante e barata e usufruir dessa dependência produtiva à qual os países do Sul Global estão submetidos (Federici, 2021).

Desse modo, parte-se do pressuposto de que as mulheres no mundo, em especial na Bolívia, ocupam cargos com remuneração mais baixa e com instabilidade nos contratos, sofrem assédio e desrespeito no ambiente de trabalho, têm remuneração mais baixa que os homens, trabalham menos horas, pois conciliam seus empregos com o trabalho doméstico e de cuidados, e estão, em sua maioria, submetidas a empregos precarizados (Hirata, 2009). Assim, entende-se que o trabalho informal é o que mais traz características da precarização do trabalho e que, em sua maioria, é exercido por mulheres. Partindo da afirmação acima, este artigo traz a seguinte pergunta norteadora: como se caracteriza[5] a participação das mulheres no mercado de trabalho informal na Bolívia? A partir desse questionamento, afirma-se que este artigo objetiva analisar como se caracteriza a participação das mulheres no mercado de trabalho informal na Bolívia entre os anos de 2000 e 2021. Para tanto, pretende-se, inicialmente, fazer uma contextualização socioeconômica da Bolívia no século XXI, para que se conheça um pouco do desenvolvimento histórico do capitalismo nesse país. Em seguida, na seção 3, objetiva-se apresentar como as mulheres participam do mercado de trabalho informal da Bolívia. Serão utilizados dados da OIT, da Cepal Estatísticas, do INE Bolívia e de estudos realizados pela ONU. Por fim, à guisa de conclusão, apresentam-se as considerações finais acerca da pesquisa desenvolvida.

Contexto socioeconômico da Bolívia no século XXI

Esta seção objetiva contextualizar, de forma resumida, a Bolívia. A contextualização histórica, social e econômica se faz necessária para que seja mais bem apresentada e compreendida a participação das mulheres no mercado de trabalho informal. Assim, será feita uma apresentação desde o governo de José Manuel Pando Solares, até o atual presidente, Luís Arce. Faz-se importante salientar que o período que antecede o escolhido para esta pesquisa é

[5] Por caracterizar, compreende-se identificar os setores em que as mulheres estão mais presentes, identificar sua remuneração, horas de trabalho, condições e locais de trabalho e outras características possíveis de serem identificadas através das pesquisas realizadas pelo INE.

tão importante quanto o recorte escolhido, entretanto, não haveria espaço de linhas suficientes para descrever esse longo período de tantas lutas e guerras. O governo de José Manuel (1899 – 1904) marca o início de um período de governança de liberais, e ele foi o responsável por realizar o Censo Geral da República, que contabilizou um total de 1.816.271 habitantes. E a composição populacional do país no final do século XX e início do século XXI era de uma maioria de camponeses indígenas de acordo com Klein (2016, p. 198): "O censo de 1846 estimava que a população indígena representasse 52% da população, e em 1900 eles ainda eram 51% do total nacional". Para além disso, a taxa de analfabetismo entre os que falavam espanhol era muito alta. Estimava-se que apenas 10% da população acima de 7 anos sabia ler e escrever, o que influenciava a escolha dos políticos, uma vez que apenas alfabetizados podiam votar. Apesar de esse novo governo ser chamado de democrático, ele não possuía nada de participativo em relação aos indígenas camponeses, muito pelo contrário, eles foram ainda mais exploradores do que os caudilhistas anteriores (Klein, 2016).

A atividade econômica de maior relevância e que era mais exportada era o minério. Nas décadas iniciais do século XX, a Bolívia exportava estanho, zinco, cobre, chumbo, volfrâmio, prata e ouro. Ávila (2005) traz registros da participação das mulheres nesta atividade econômica

> Las mujeres de los Yanoconas fundían en las guayras la plata rica. Mingas de mujeres indias y jóvenes, por dos reales/día, amalgamaban, previo al proceso y clasificaban el mineral. Las palliris seleccionaban y fundían. En casa, recolectaban pallao de alta ley que los barreteros entregaban al salir de la mina, práctica muy común. Vendían mineral en la famosa plaza o cancha del Khatu, actual de la Casa de la Moneda en Potosí. Con ello buscaban mejorar su ingreso familiar (Ávila, 2005, p. 40).

Segundo Andrade (2012), além de o país cobrar uma taxa de exportação baixa, o preço desses minerais caía no mercado internacional, o que fez com que o país entrasse em profunda recessão nos anos de 1929. Em 1931, a empresa estadunidense Standart Oil Co. passa a operar no país com o compromisso de pagar 11% de taxa de royalties para o Estado. Até aquele momento, todas as empresas que atuavam no país na extração do petróleo e do gás eram estrangeiras. Sob suspeita de que essa empresa havia ajudado os paraguaios na guerra do Chaco, além de irregularidades no pagamento de royalties e outras fraudes, o presidente David Toro[6] nacionaliza a Standart Oil e cria o YPFB (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos)* com

[6] Este presidente foi responsável por criar o Ministério do Trabalho e Previdência Social, aprovou a Lei de Sindicalização Obrigatória e criou o Ministério de Minas e Energia, ou seja, medidas que objetivavam melhorar a vida dos trabalhadores bolivianos, diferentemente dos seus sucessores, que eram generais militares que só favoreciam a elite mineira e os latifundiários (Andrade, 2012).

objetivo de explorar, refinar, transportar e comercializar o petróleo e gás da Bolívia. Quando foi nacionalizada, a YPFB dobrou a produção de estanho, pois desejava-se amenizar o baixo desempenho da economia, que já se arrastava há algum tempo e que foi ainda mais impactada com a guerra do Chaco.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos pressionaram a Bolívia a manter os preços abaixo do mercado, o que prejudicou os trabalhadores da mineração, cujas remunerações foram reduzidas e a carga horária de trabalho ampliada. Isso resultou em problemas de saúde e várias mortes por tuberculose na região de Catavi, em 1948. Apesar das medidas nacionalistas de proteção, a economia boliviana era altamente dependente desse período, o que levou à crise econômica, desemprego, inflação, fome e revolta popular. Na década de 1950, a maioria da população boliviana vivia em áreas rurais, onde a vida refletia o período colonial, com grandes propriedades de terra controladas por poucos e indígenas trabalhando de graça ou a troco de alimentação (Andrade, 2012). Na Bolívia, até os anos 1950, apenas 10% da população estava empregada em áreas de exploração do gás e do petróleo e da produção mineira, apesar de essas atividades serem a espinha dorsal da economia do país, a grande maioria dos trabalhos estava ligada a atividades rurais.

A Revolução Boliviana de 1952 foi liderada por massas populares urbanas e trabalhadores da mineração com o objetivo de nacionalizar as empresas mineradoras. A Comibol foi criada para comandar as mineradoras, mas a expectativa de crescimento não ocorreu devido a diversos fatores como a queda dos preços do estanho, má gerência, permissão de entrada de empresas estrangeiras e esgotamento das minas. O presidente da Bolívia na época, Victor Paz Estenssoro, objetivava nacionalizar as minas, mas mantendo laços com os Estados Unidos para modernizar as maquinarias. No entanto, houve uma contradição com a abertura para novas empresas estrangeiras na produção de petróleo e gás (Andrade, 2012).

A ditadura militar na Bolívia ocorreu entre 1964 e 1982 e contou com presidentes liberais e entreguistas, mas também com alguns interessados na nacionalização da produção de petróleo e gás. O presidente Juan José Torres González tentou ser conciliador, defendendo a nacionalização da produção de petróleo e gás e criando a Comuna de La Paz, um parlamento operário-popular, mas fracassou.

Na década de 1970, a Bolívia experimentou um período de crescimento econômico impulsionado pelos preços altos das commodities, como o petróleo, o estanho, a coca, o níquel e o gás natural (Arévalo Luna, 2016). No entanto, a dependência dessas exportações deixou o país vulnerável aos preços de mercado, o que contribuiu para a crise econômica na década de

1980. Durante os anos 1970, Hugo Banzer Suárez governou a Bolívia por meio de um golpe e promoveu a abertura comercial e a atração de capital estrangeiro. Os anos 1980 foram marcados pela queda do PIB devido à falta de estanho, baixa atividade manufatureira, queda na construção e hiperinflação (Andrade, 2012).

O governo do MNR, liderado por Victor Paz Estenssoro, em 1982, se alinhou às políticas econômicas ditadas pelo FMI, resultando em medidas que aprofundaram a instabilidade econômica e política da Bolívia (Andrade, 2012). O plano de estabilização e abertura externa em 1986 resultou em um aumento na taxa de desemprego, redução nos salários reais e maior participação de atividades informais no total do emprego (Jemio Mollinedo, 1999). Essa combinação de fatores contribuiu para o surgimento de novas posturas ideológicas, como o *Movimiento al Socialismo* (MAS), liderado por Evo Morales, que se inspirou no bolivarianismo, no indigenismo e nacionalismo.

Nos anos 1990, o governo do MIR acelerou o processo de privatização na Bolívia e enfraqueceu a resistência popular. As privatizações ilegais continuaram até os anos 2000, prejudicando os povos indígenas e o meio ambiente. As movimentações populares se reanimaram nos anos 2000, culminando na vitória da chamada Guerra da Água em Cochabamba, que reverteu a privatização da companhia de água. Essas mobilizações se expandiram para exigir melhor administração dos hidrocarbonetos, principais riquezas do país.

O governo do MAS implementou mudanças sociopolíticas, culturais e econômicas na Bolívia com o objetivo de promover inclusão social e justiça. O governo foi caracterizado como uma revolução multiétnica, multicultural, plurinacional e democrática, com o intuito de incluir a população indígena nos espaços políticos de decisão. No âmbito econômico, o objetivo era reduzir a desigualdade entre a minoria rica e a maioria camponesa e indígena, através da nacionalização das empresas exploradoras de hidrocarbonetos (Gil, 2008). Na primeira década do século XXI, a América Latina teve um período de crescimento econômico, o que resultou em uma redução da desigualdade e pobreza devido ao aumento da demanda e preços internacionais das matérias-primas, gerando expansão do emprego e dos salários, principalmente para trabalhadores menos qualificados.

Participação da mulher no mercado de trabalho informal da Bolívia

As políticas neoliberais implementadas na década de 1980 na América Latina influenciaram fortemente o mercado de trabalho na Bolívia, levando a uma precarização das formas de vínculos

de trabalho, ampliação da terceirização e insegurança laboral, além de gerar o processo de feminização da pobreza. Objetiva-se neste tópico descrever e analisar como ocorre a participação das mulheres no mercado de trabalho informal da Bolívia, ou seja, compreender de forma detalhada quais são as ocupações em que elas mais estão presentes, quais são as remunerações, quais são as condições de trabalho e como isso tudo se diferencia em relação aos homens.

Quando estudamos mercado de trabalho, o primeiro conceito que precisamos ter em mente é o de PEA (População Economicamente Ativa) que, de acordo com o INE, consiste basicamente na população que está trabalhando naquele período de referência ou que estava buscando emprego de forma ativa. Apesar de termos esse conceito bem definido e aplicado nas pesquisas, faz-se necessário questionar a real participação das mulheres na PEA. Existe uma noção no imaginário dos homens, da sociedade, das empresas e até mesmo das próprias mulheres que sua participação no mercado de trabalho é secundária. Desta forma, o desalento[7] é muito presente na vida real das mulheres. O fato de elas não participarem da PEA não significa que não estejam produzindo ou que estejam sem fazer nada, ao contrário, muitas vezes estão sobrecarregadas com tantas tarefas acumuladas que são realizadas de forma invisível e não remunerada (Abramo, 2007). Entretanto, como na Bolívia não há dados, nem pesquisas que busquem analisar com mais detalhes o tempo que as mulheres passam realizando atividades domésticas e de cuidados de forma não remunerada ou outras atividades que elas estejam realizando, teremos que levar em consideração os dados disponíveis, cuja base é a População Economicamente Ativa, seja ela ocupada ou desocupada.

A pesquisa domiciliar do INE mostra a porcentagem de pessoas, segregada por sexo, que realizam tarefas não remuneradas, seja ajudando algum parente na empresa ou auxiliando nas atividades domésticas dentro de casa. As tabelas abaixo mostram a distribuição percentual da população, segregada por sexo e local (rural e urbana) de 2000 a 2017 (INE, 2017).

Tabela 1 - Distribuição percentual da população da zona urbana da Bolívia classificada como trabalhadora familiar e aprendiz sem remuneração de 2000 a 2017

Ano	Mulheres	Homens
2000	11,0	5,1
2001	17,1	10,1
2002	11,9	6,2
2003/2004	13,9	7,7
2005	12,0	5,8
2006	11,9	5,8
2007	9,6	4,4

[7] De acordo com o IBGE, os desalentados são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis na semana de referência, entretanto, não buscaram emprego pois perderam as esperanças de encontrar algo (IBGE, 2021).

2008	14,3	6,2
2009	12,9	5,4
2011	14,8	5,7
2012	9,6	4,2
2013	11,6	4,3
2014	12,8	5,4
2015	10,9	3,9
2016	11,9	5,3
2017	10,3	4,1

Fonte: Instituto Nacional de Estadística - Encuesta de Hogares (2017), elaboração da autora.

É possível perceber que a porcentagem das pessoas que são trabalhadores familiares ou aprendizes sem remuneração é maior na zona rural que na zona urbana, e ao observamos a diferença entre homens e mulheres, percebemos que estas estão em maior quantidade.

Tabela 2 - Distribuição percentual da população da zona rural classificada como trabalhadora familiar ou aprendiz sem remuneração de 2000 a 2017

Ano	Mulheres	Homens
2000	71,4	27,7
2001	70,4	31,9
2002	74,7	32,2
2003/2004	58,8	24,5
2005	68,3	30,6
2006	71,1	30,7
2007	65,0	30,2
2008	64,5	28,8
2009	63,2	24,5
2011	65,8	26,6
2012	56,0	21,7
2013	60,4	22,7
2014	66,1	26,5
2015	56,1	19,7
2016	57,2	23,9
2017	55,7	20,4

Fonte: Instituto Nacional de Estadística - Encuesta de Hogares (2017), elaboração da autora.

A partir de 2015 a pesquisa sobre emprego passa a ser a *Encuesta Contínua de Empleo*, e ela mostra tanto os dados mensais como trimestrais de 2015 até o tempo presente. Desta forma, as Tabelas 4 e 5 mostram a distribuição percentual da população classificada como trabalhadora familiar ou aprendiz sem remuneração na zona urbana e na zona rural, respectivamente, de 2018 a 2021. Como a *Encuesta Contínua de Empleo* é trimestral, serão mostrados dados do 4° trimestre de cada ano.

Tabela 3 - Distribuição percentual da população da zona urbana classificada como trabalhadora familiar ou aprendiz sem remuneração do 4° trimestre de 2018 a 2021

	4T-2018	4T-2019	4T-2020	4T-2021
Mulheres	14,12	13,99	15,24	16,61
Homens	7,17	7,47	9,40	11,40

Fonte: Instituto Nacional de Estadística – Encuesta Contínua de Empleo (2022), elaboração da autora.

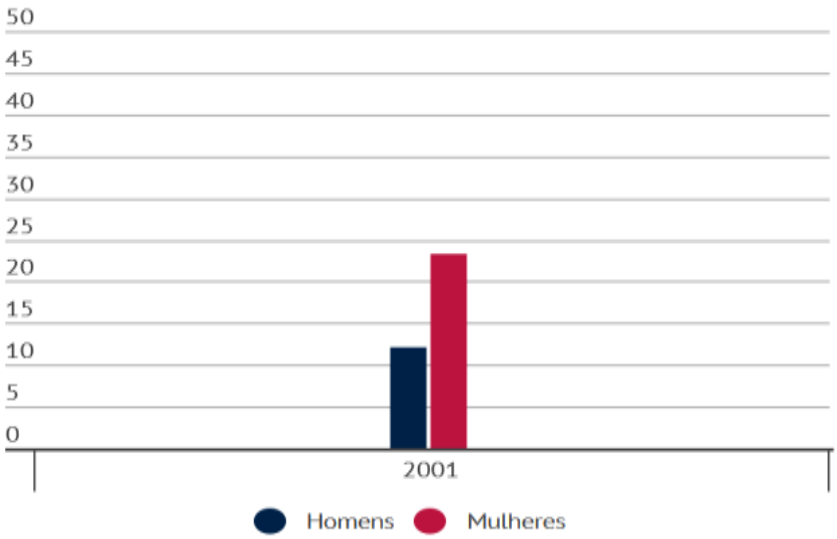
Tabela 4 - Distribuição percentual da população da zona rural classificada como trabalhadora familiar ou aprendiz sem remuneração do 4° trimestre de 2018 a 2021

	4T-2018	4T-2019	4T-2020	4T-2021
Mulheres	62,45	51,40	-	52,91
Homens	17,01	15,83	-	13,76

Fonte: Instituto Nacional de Estadística – Encuesta Contínua de Empleo (2022), elaboração da autora.

A *Encuesta Contínua* permite obter uma maior riqueza de detalhes, uma vez que seu questionário é mais amplo e busca perceber as diferentes formas e configurações de empregos. Em 2001, foi feita uma pesquisa que trazia mais detalhes sobre o trabalho doméstico. Desta forma, temos dados de proporção de horas dedicadas aos afazeres domésticos segregados por sexo. O Gráfico 1 mostra essa diferença.

Gráfico 1 - Bolívia - Proporção de tempo dedicado a afazeres domésticos e de cuidados não remunerados, segundo sexo, em 2001 (em porcentagem)[8]



Fonte: Cepalstat; Cepal; Nações Unidas, 2022.

Enquanto os homens dedicam, em média, 12,1% do seu tempo, por semana, para a realização das atividades domésticas e de cuidados, as mulheres dedicam 23,3%, quase o dobro do seu tempo, para cuidar da casa e de pessoas que necessitem de cuidados como crianças, idosos, doentes e pessoas com deficiência. O trabalho doméstico e de cuidados inclui preparação de alimentos, lavagem de louça, limpeza e manutenção da casa, lavar e passar roupa, jardinagem, cuidados com os animais de estimação, compras para o lar, instalação, manutenção

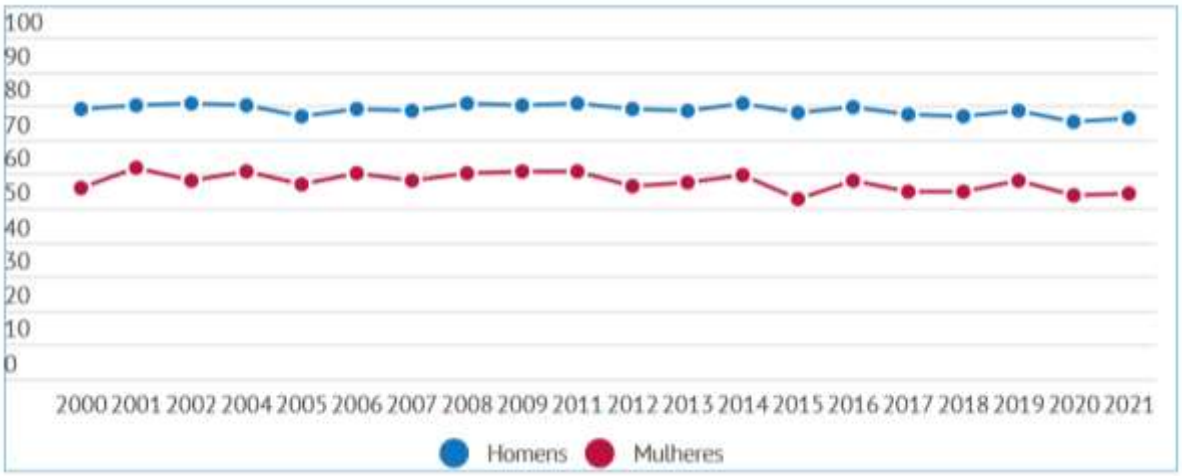
[8] Este indicador se expressa em porcentagens, pois se refere à proporção de tempo, tendo como base o total de 24 horas, em que o indivíduo gasta realizando atividades domésticas não remuneradas em seu próprio domicílio ou em outros. Ele corresponde ao indicador do ODS 5.4.1 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) cujo objetivo é alcançar a igualdade de gênero e empoderar as mulheres e meninas (Cepal, 2021).

e reparação de bens pessoais e de uso doméstico, cuidados com crianças, enfermos e idosos e pessoas descapacitadas. Esse indicador se refere ao indicador do Objetivo 5 dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). O indicador 5.4.1 pretende mostrar a proporção de tempo gasto em trabalho doméstico e em prestação de cuidados não pagos para que se possa:

> reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestruturas e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais (ODS, 2022).

De acordo com os dados da pesquisa domiciliar do INE e organizados pela Cepal, a porcentagem de homens ocupados é maior do que a porcentagem de mulheres ocupadas. Além disso, é possível perceber que há um hiato significativo entre as duas porcentagens. Em 2021, 76,2% dos homens estavam ocupados enquanto esta taxa para as mulheres era de 54,4%, conforme observado no Gráfico 2 (INE, 2022).

Gráfico 2 - Bolívia - Porcentagem de homens e mulheres ocupados entre 2000 e 2021



Fonte: Cepalstat; Cepal; Nações Unidas, 2022.

Do total da População Economicamente Ativa, a taxa de desocupados entre homens e mulheres varia significativamente com os anos. Entretanto, estão bem próximas, como mostra o Gráfico 2. A taxa de desocupação das mulheres é mais alta do que a taxa de desocupação dos homens, apesar da diferença entre eles não ser tão grande. A partir de 2020 há uma queda na participação da população pois já se percebe os efeitos da pandemia no mercado de trabalho. A partir dos dados apresentados no gráfico 2, é possível perceber que ao longo do tempo a participação de homens e mulheres na taxa de ocupação não se modificou, entretanto, é preciso enfatizar que dentro desta taxa há nuances. A taxa de ocupação é subdividida entre cinco categorias ocupacionais: Empregadores, assalariados, conta própria, serviço doméstico e

familiares não remunerados. Na Tabela 5 pode-se observar a diferença na ocupação dentre as cinco categorias acima descritas.

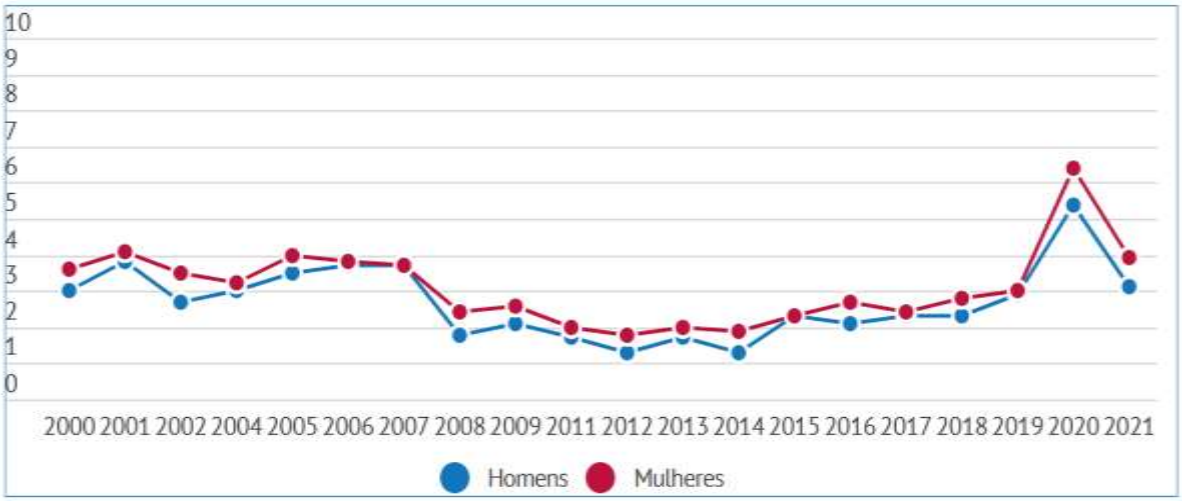
Tabela 5 - Distribuição da população ocupada por categoria ocupacional e sexo no ano de 2021 (porcentagem do total da população ocupada)

Categoria ocupacional	Mulheres	Homens
Empregadores	1,7	4,6
Assalariados	27,8	37,2
Conta própria	41,7	49,8
Serviço doméstico	4,3	0,1
Familiares não remunerados	24,4	8,2

Fonte: Cepalstat; Cepal; Nações Unidas, 2022.

Estes dados apresentados na Tabela 5 nos mostram as diferenças e lacunas na participação de homens e mulheres no mercado de trabalho. É possível perceber que as mulheres são minoria em posições de empregadoras e são maioria em serviços a familiares de forma não remunerada. Além disso, estes dados não mostram o trabalho doméstico e de cuidados realizados dentro de suas próprias casas. Essa categoria ocupacional chamada "Familiares não remunerados" se refere a ajudas prestadas e oferecidas a empreendimentos produtivos de familiares sem ter qualquer tipo de remuneração em troca. As informações de trabalho doméstico e de cuidados estão apresentadas no gráfico 1, só foram apresentados dados de 2001 pois era o único ano com essas informações disponíveis na base de dados e publicações estatísticas da Cepal. A pesquisa do uso do tempo – que não é comum na grande maioria dos países da América Latina – consegue mostrar dados detalhados do uso do tempo e relacioná-los com diversas variáveis transversais como gênero, raça, etnia, renda, localização geográfica, entre outras.

Gráfico 3 - Bolívia - Porcentagem de Desocupados da População Economicamente Ativa com 15 anos ou mais entre 2000 e 2021



Fonte: Cepalstat; Cepal; Nações Unidas, 2022.

No gráfico 3 é possível perceber, como efeito da pandemia de Covid-19, uma elevação na taxa de desocupados tanto dos homens quanto das mulheres, no ano de 2020. No ano de 2021, observa-se uma queda na taxa de desocupação na Bolívia pois as pessoas, a despeito de demissões e interrupções de contrato de trabalho, precisam sobreviver, desta forma, observa-se, por exemplo, um aumento na taxa de participação de mulheres trabalhadoras no serviço doméstico e familiares não remunerados. Em 2020, a porcentagem do total de ocupados de mulheres trabalhadoras em serviços domésticos era de 3,1%; em 2021, esta taxa passou para 4,3%. Este aumento por si só não explica a redução da taxa de desocupação, um outro fator que pode influenciar é o crescimento da População Economicamente Ativa do país no quarto trimestre de 2022. Houve uma variação positiva de 11,1% em comparação ao quarto trimestre de 2021, o que pode influenciar também na variação da taxa de desocupação (INE, 2022).

Ao se tratar de ocupações informais, objetiva-se a partir daqui compreender como as mulheres estão posicionadas neste mercado. Entende-se por ocupação informal aquela que, para além das baixas remunerações, também expõe os trabalhadores a empregos vulneráveis e precarizados e que são, geralmente, excluídos dos programas de proteção social formais (Barrientos, 2005).

A metodologia utilizada pelas publicações estatísticas da Cepal, que se baseia nas pesquisas domiciliares realizadas pelos países, que no caso da Bolívia é o INE, segrega o trabalho informal da seguinte forma: Microempresa: Empregador; Microempresa: Assalariados (Profissionais e técnicos) e assalariados (Nem profissionais, nem técnicos); Emprego doméstico; Trabalhadores independentes não qualificados: Indústria e construção; Trabalhadores independentes não qualificados: Comércio e serviços; Trabalhadores independentes não qualificados: Agricultura, pecuária e outros.

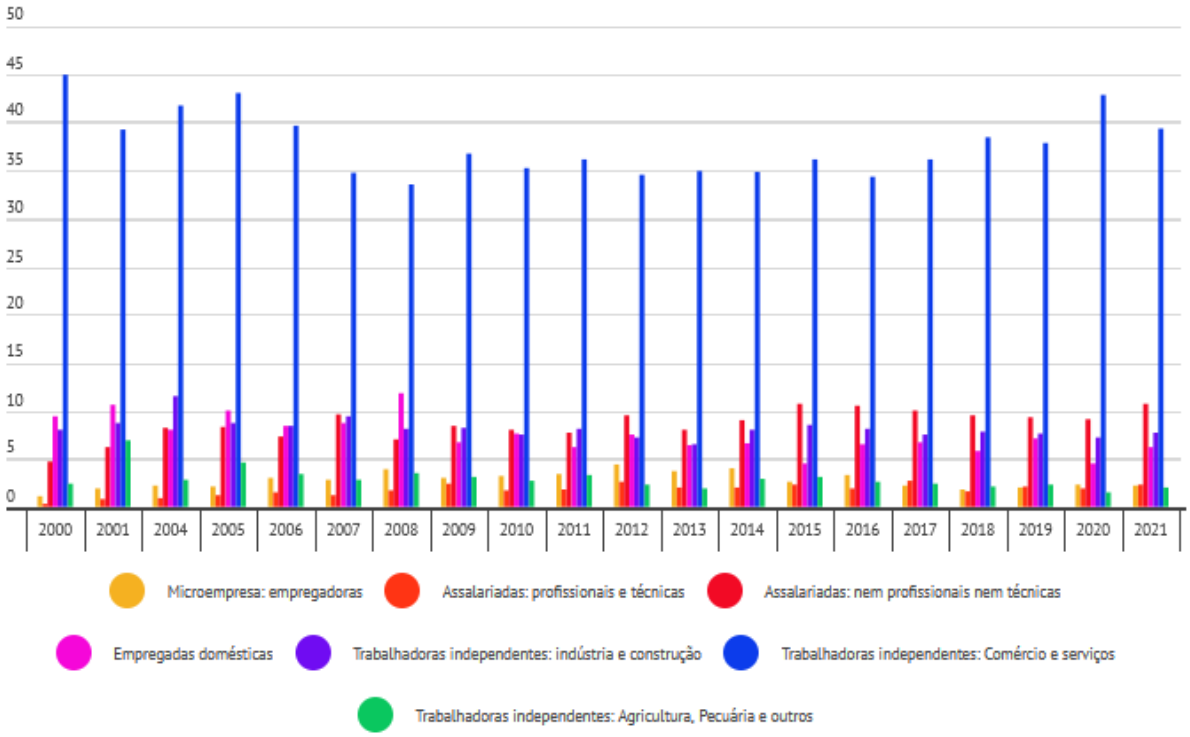
As estatísticas da Cepal definem o trabalho informal como:

> [...] empleos que presentan precariedad desde el punto de vista de los salarios, duración en el tiempo, seguridad social, etc. Se entiende como ocupada en el sector de baja productividad (informal) aquella persona que es empleador o asalariado (profesional y técnico o no) que trabaja en empresas con hasta 5 empleados (microempresas), que trabaja en el empleo doméstico o que es trabajador independiente no calificado (cuenta propia y familiares no remunerados sin calificación profesional o técnica) (Cepalstat, 2022).

Esta forma de classificar a informalidade parece mais completa, pois inclui os trabalhadores que estão desprotegidos pela proteção social e inclui os trabalhadores que, mesmo assegurados na forma de microempreendedores, ainda apresentam características da informalidade.

O Gráfico 4 mostra como as mulheres participam do mercado de trabalho informal na Bolívia de acordo com a classificação apresentada acima. É possível perceber que elas estão mais presentes nos cargos que não exigem profissionalização ou níveis elevados de estudo do que nos cargos que exigem. Faz-se necessário lembrar que estes dados são referentes apenas à zona urbana, por isso uma baixa porcentagem na classificação de trabalhadoras independentes na agricultura e pecuária.

Gráfico 4 - Bolívia – Participação das mulheres no mercado de trabalho informal de 2000 a 2021 (porcentagem do total da população ocupada urbana)



Fonte: Cepalstat; Cepal; Nações Unidas, 2022.

De acordo com um estudo realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2022), é importante destacar a participação significativa das mulheres como trabalhadoras independentes no setor de comércio e serviços. O estudo da OIT concentrou-se especificamente na compreensão da atividade das mulheres que trabalham por conta própria na Bolívia. Os resultados mostram que essas mulheres se envolvem tanto em atividades manufatureiras quanto em atividades de serviços e comércio. No setor manufatureiro, elas se dedicam principalmente à produção de artesanatos, à transformação simplificada de produtos e à inovação em outros segmentos, como a elaboração de bebidas não alcoólicas, a transformação de alimentos, a produção de confecções, artigos de couro, fitocosméticos, calçados e outros artesanatos. No

entanto, a maioria das mulheres trabalhadoras por conta própria está envolvida no comércio. Já no setor de serviços, muitas delas atuam como cabeleireiras, cuidadoras da aparência, cozinheiras, arranjadoras de flores e prestadoras de outros serviços de reparos domésticos.

O estudo da OIT (2022) utilizou tanto dados secundários extraídos do Instituto Nacional de Estatística (INE) quanto dados obtidos por meio de questionários aplicados a um grupo específico de mulheres que trabalham por conta própria. As entrevistas permitiram uma compreensão mais aprofundada da realidade dessas mulheres, fornecendo detalhes mais ricos do que as pesquisas domiciliares institucionais.

De acordo com a OIT (2022), as mulheres que atuam no comércio são principalmente varejistas de uma ampla variedade de produtos, desde alimentos preparados até utensílios domésticos, móveis, livros e uma ampla gama de outros produtos. Elas também comercializam brinquedos, equipamentos eletrônicos, roupas femininas e se envolvem em comércio ambulante de diversos itens. Em 2020, das mulheres que trabalhavam por conta própria, 74,8% estavam envolvidas nas áreas de Comércio, Restaurantes e Hotéis, enquanto a manufatura representava 13,3% da participação (OIT, 2022).

O estudo publicado em 2022 revela algumas características das mulheres que trabalham por conta própria no comércio e na produção. Quando questionadas sobre sua motivação para iniciar um negócio próprio, muitas delas mencionaram a necessidade econômica, psicológica ou social, ou a oportunidade de ingressar nessa atividade. De acordo com Zamora (2015, p. 48), “no caso da Bolívia, grande parte do setor informal é, sem dúvida, resultado da falta de oportunidades de emprego, ou seja, da 'exclusão' de muitos trabalhadores que desejariam fazer parte do setor formal”. Além disso, segundo López (2011), têm ocorrido mudanças demográficas nos países da América Latina, especialmente nos países andinos, em relação à estrutura das famílias. As famílias estão se tornando cada vez menores e mais frequentemente chefiadas por mulheres, o que tem levado a uma redução na quantidade de crianças presentes nas famílias.

As mulheres iniciam sua participação em atividades de comércio por conta própria durante a infância ou adolescência, enquanto aquelas envolvidas em atividades produtivas iniciam essa atividade econômica na juventude ou vida adulta. Segundo as entrevistas realizadas, as comerciantes trabalham, em média, de 14 a 16 horas por dia, enquanto as envolvidas em atividades produtivas dedicam de 12 a 14 horas diárias. A maioria delas trabalha mais de 12 horas por dia. Além da carga horária extensa, muitas dessas mulheres não têm

descanso ao chegar em casa. De acordo com a OIT (2022), as mulheres dedicam em média 23,5 horas por semana ao trabalho doméstico. Isso resulta na falta de tempo para atividades de lazer, descanso e na dificuldade de conciliar tarefas. O trabalho por conta própria oferece flexibilidade de horários, mas isso torna a separação entre vida profissional, social, política, estudos e vida pessoal uma realidade distante para essas mulheres. Portanto, é desafiador quantificar o tempo dedicado ao trabalho remunerado e às atividades domésticas, já que essas esferas estão frequentemente entrelaçadas.

Considerações finais

A realidade de participação das mulheres no mercado de trabalho informal da Bolívia é marcada por muita precariedade, por jornadas extensivas de trabalho, por baixas remunerações, por desproteção social e total vulnerabilidade. Este artigo, que é resultado da dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, intentou analisar como ocorre a participação das mulheres no mercado de trabalho informal naquele país. Tendo em vista o fato de a pesquisa não ter sido realizada no país, observou-se a realidade a partir de dados e publicações feitas por instituições especializadas no assunto como a OIT, Cepal, ONU Mulheres, Rede WIEGO e Rede REMTE.

A sociedade capitalista e patriarcal determina papéis sociais e econômicos para os homens e as mulheres. E nessa divisão há hierarquia, desigualdade e violências. Com o surgimento e as transformações no sistema capitalista, as mulheres, em diferentes épocas, cumpriram e cumprem papéis que servem ao capitalismo, propiciando aumento nos lucros dos donos do capital. Isto é, quando foi útil que elas trabalhassem em fábricas, elas estavam massivamente no mercado de trabalho, quando foi útil que elas se mantivessem em casa cuidando das atividades domésticas e de cuidado, assim permaneceram por muito tempo e até hoje muitas ainda permanecem.

Por fim, na seção 3 observou-se como as mulheres participam do mercado de trabalho informal por meio de dados disponíveis na Cepal e na OIT que são provenientes do INE. Os dados mostram que as meninas e mulheres são maioria nos trabalhos não remunerados em casa ou no campo. No ano de 2020 e 2021, essa quantidade cresceu em relação ao ano anterior, o que se deve à maior presença de pessoas em casa e à perda de postos de trabalho por conta da pandemia de Covid-19. Entretanto, a estrutura patriarcal em que vivemos direciona estes trabalhos sem remuneração e desprestigiados às mulheres. Se todos precisam e dependem do

trabalho de cuidados porque só as mulheres o realizam? E ao observar o rendimento das mulheres, estes são mais baixos que os dos homens em todas as categorias apresentadas no estudo. Dentre as categorias de trabalho informal disponibilizadas pela Cepal, percebe-se que as mulheres estão mais presentes em atividades por conta própria, sendo a grande maioria delas na área de comércio e serviços (OIT, 2022).

A situação de trabalho das mulheres na Bolívia é de precariedade e baixos rendimentos. As principais motivações para a presença delas neste mercado é a necessidade (falta de empregos formais) e a flexibilidade de horários no trabalho, para que elas consigam conciliar com as atividades domésticas e de cuidados em suas casas (World Bank, 2011). A precarização destes trabalhos ocupados pelas mulheres, neste sentido, é um resultado do modelo neoliberal implantado na América Latina nos anos 1990, cujas condições de trabalho, que antes já eram deterioradas, se tornaram ainda piores.

A heterogeneidade do mercado de trabalho informal é uma realidade no mundo do trabalho da Bolívia. Desta forma, para que se pense em políticas públicas para esses trabalhadores, é preciso pensar em seus grupos de forma diferenciada, levando em consideração as diferenças entre a estrutura urbana e rural do país. E mais urgente que isso, é preciso levar em conta o fator gênero, idade, e etnia, pois estes grupos possuem necessidades diferenciadas.

Referências

ABRAMO, Lais Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho**: uma força de trabalho secundária? 2007. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em:10.11606/T.8.2007.tde-23102007-141151. Acesso em: 29 nov. 2022.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. Capital e trabalho na economia política boliviana contemporânea. **Cadernos de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, p. 91-133, 2012.

ARRUZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 10, p. 39-60, 2017.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Thiti. Teoría de la Reprodución Social. Elementos Fundamentales para un feminismo marxista. **ARCHIVOS de historia del movimiento obrero y la izquierda,** n. 16, p. 37-69, 2020.

ARÉVALO LUNA, Guillermo Alexander. Economía y política del modelo boliviano 2006-2014: evaluación preliminar. **Apuntes del CENES**, v. 35, n. 61, p. 147-174, 2016.

ÁVILA, Eduardo Chaparro. **La mujer en la pequeña minería de América Latina**: El caso de Bolivia. Chile: Cepal, 2005.

BARRIENTOS, Armando. Social protection and informal employment in Latin America: from the weak to the strong? KUDVA, Neema; BENERÍA, Lourdes (org.). **Rethinking informalization**: poverty, precarious jobs and social protection. New York: Cornell University, p.112-127, 2005.

CEPAL. **Base de dados y publicaciones estadísticas**. CEPALSTAT, 2022.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GIL, Aldo Durán. Bolívia: duas revoluções nacionalistas? **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, p. 157-189, 2008.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 24-41, 2009.

IBGE. **Desemprego**. PNAD Contínua. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em: 04 abr. 2023.

INE. Instituto Nacional de Estadística. Encuesta Contínua de Empleo. La Paz: INE, jan. 2022. Disponível em: < https://www.ine.gob.bo/index.php/boletines-estadisticos-ece/> Acesso em: 20 jun. 2024

INE. Instituto Nacional de Estadística. Encuesta de Hogares. La Paz: INE, jan 2017. Disponível em: <https://www.ine.gob.bo/index.php/estadisticas-sociales/empleo-mercado-laboral/encuesta-de-hogares/ > Acesso em: 01 jun. 2024

JEMIO MOLLINEDO, Luis Carlos. Reformas, crecimiento, progreso técnico y empleo en Bolivia. **Serie Reformas Económicas**. CEPAL, 1999.

KLEIN, Herbert S. **História da Bolívia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

KREIN, José Dari. As transformações no mundo do trabalho e as tendências das relações de trabalho na primeira década do século XXI no Brasil. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 6-25, 2013.

KUDVA, Neema; BENERÍA, Lourdes. **Rethinking informalization**: poverty, precarious jobs and social protection. New York: Cornell University, 2005.

ODS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Objetivo 5,** 2022. Disponível em: https://ods.pt/objectivos/5-igualidade-de-genero/. Acesso em: 20 jan. 2023.

OIT; ONU Mujeres; PNUD. **Caracterización de mujeres cuentapropistas informales en Bolivia**. Estudio comprensivo. Bolivia: OIT, 2022.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Mujeres y hombres en la economía informal**: un panorama estadístico (tercera edición). Genebra: OIT, 2018.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2007.

POCHMANN, Marcio. **O sindicato tem futuro?** São Paulo: Expressão Popular: Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.

WORLD BANK. **World development report 2012**: Gender equality and development. Washington: The World Bank, 2011.

ZAMORA, Elizabeth Jimenez. **La evolución del empleo de las mujeres en Bolivia**: Avances y desafíos (2001-2012). La Paz: Red Boliviana de Mujeres Transformando la Economía (REMTE), 2015.

Recebido em: 12/07/2023

Aceito em: 30/08/2023